

Cidades recusam-se a receber migrantes

UILSON PAIVA

A política de "repatriação" de migrantes, em que prefeituras fornecem passagens de ônibus e impedem a permanência de forasteiros nas cidades, está disseminada entre os municípios de São Paulo, e é mantida por meio de recursos já previstos nos orçamentos municipais.

A prática foi mostrada em reportagem publicada pelo **Estado** em 21 de junho do ano passado. Com a justificativa de manutenção da ordem social e econômica, as prefeituras reservam aos migrantes apenas o direito de ir.

Na reportagem, o prefeito de Indaiatuba, cidade a 110 quilômetros a oeste de São Paulo, admitiu que dava ordem para impedir que os migrantes fixassem residência na cidade. Intimidados pela Guarda Municipal, eles têm prazo de 12 horas para deixar os limites do município. Em Sorocaba, além da passagem, os migrantes recebem uma cesta com frutas, pão com queijo, água e bolacha para comer durante a viagem de volta.

Conforme levantamento do Programa Migrante e População de Rua, da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, a compra de passagens ocorre em cerca de cem municípios do Estado — apesar de contrariar a política estadual do migrante, que prega a fixação territorial.

Na capital, o secretário municipal da Família e do Bem-Estar Social, Deniz Ribeiro, justificou a medida como auxílio aos carentes. "Estamos apenas ajudando um migrante que não deu certo", disse.